TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

19/01/2026

SUMÁRIO

Deputados estaduais deixam R$ 213,5 milhões em emendas impositivas sem definição | O Popular 3

Deputados estaduais deixam R$ 213,5 milhões em emendas impositivas sem definição | O Popular

Visualização da notícia

Deputados estaduais deixam R$ 213,5 milhões em emendas impositivas sem definição

Com possibilidade de indicação “guarda-chuva”, primeira janela para escolha de beneficiários alcança R$ 354,4 milhões, 62% do total; entidades ficam com R$ 77,9 milhões

Fabiana Pulcineli

18 de janeiro de 2026 às 22:59

Modificado em 18/01/2026, 23:54

Deputado estadual Lineu Olímpio (MDB): relator do orçamento ainda não definiu beneficiários de suas emendas (Will Rosa / Alego)

Os deputados estaduais de Goiás definiram a destinação de 62% das emendas impositivas do Orçamento de 2026 após a primeira janela aberta pelo governo estadual para indicações. Do valor total que já tem finalidade, pouco mais de um quinto será pago a organizações não governamentais (ONGs).

Cada parlamentar terá neste ano eleitoral R$ 13,85 milhões de emendas impositivas, que são obrigatoriamente pagas pelo governo. Do total de R$ 567,9 milhões, é possível saber até agora a destinação de R$ 354,4 milhões. O levantamento foi feito pelo POPULAR no Portal Sislog, do governo estadual, indicado pela Secretaria Estadual de Relações Institucionais (Searti) como fonte de dados atualizados.

O adiamento das definições é apontado pelo Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas do Estado (MPC/TCE-GO), como um dificultador do acompanhamento da execução, em contraponto à rastreabilidade e à transparência determinados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ação de relatoria do ministro Flávio Dino.

Todos os 41 deputados estaduais da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) disputarão as eleições em outubro, sendo 37 em busca de novo mandato e 4 que tentarão cadeira de deputado federal.

Desde 2023, em acerto com os deputados, o governo goiano regulamentou a apresentação das

chamadas emendas "guarda-chuva", em que o parlamentar indica para a **Lei Orçamentária** (LOA) do ano seguinte apenas a área de destinação dos recursos, sem especificar onde serão aplicados e quem receberá os valores. Ao longo do ano de execução do Orçamento, o **governo** abre janelas em que os deputados podem apresentar o detalhamento ou alterar objeto e destino.

Como o Giro havia mostrado em dezembro, a maioria dos parlamentares optou por essas emendas genéricas no Orçamento para este ano, sob justificativa de ter maior agilidade em pagamentos, especialmente antes do período eleitoral. É que, no sistema de inclusão nas janelas, o **governo** já informa as prefeituras e entidades que contam com todas as certidões necessárias para recebimento dos recursos, o que facilita a execução.

A primeira janela foi aberta pelo **governo** dos dias 9 a 12 de janeiro, logo após a sanção da **Lei Orçamentária** pelo governador Ronaldo Caiado (UB). Ainda assim, a maioria dos parlamentares não indicou a totalidade de suas emendas. Enquanto na lei foram definidos apenas 30% de destinação, o índice passou a 62% com a janela.

O Giro mostrou também em dezembro que o **MPC** protocolou representação ao **TCE** pedindo fiscalização das emendas genéricas, destacando a determinação do STF de apresentação de planos de trabalho detalhados e acompanhamento do "trajeto do dinheiro desde a indicação política até o benefício efetivo à sociedade".

Na ocasião, Lineu Olímpio (MDB), que foi relator do projeto do Orçamento na **Alego**, afirmou que a maioria dos parlamentares tinha interesse em detalhar as emendas já na primeira janela do ano. O próprio Lineu, no entanto, está entre os parlamentares que não especificaram sua cota no intervalo deste mês.

Destinações realizadas até agora (Arte O Popular)

Entidades

O Instituto Iris Rezende Machado está no topo do ranking de entidades com maiores valores a serem pagos em 2026, no balanço de emendas com destinação definida até agora. A entidade, comandada por Ana Paula Rezende, filha do ex-prefeito de **Goiânia** e ex-governador, receberá R$ 3,2 milhões para a conclusão do memorial em homenagem ao pai, que morreu em novembro de 2021.

Os recursos foram destinados por 30 deputados, do PL ao PT, em mobilização após queixa pública de Ana Paula por falta de apoio para a instalação do memorial. Além da verba estadual, a entidade receberá R$ 830 mil de emendas de vereadores de **Goiânia**.

Os maiores valores para o instituto foram reservados pelo **presidente** da **Alego**, Bruno Peixoto (UB), e pelos colegas Clécio Alves (Republicanos) e Gugu Nader (Avante), de R$ 200 mil cada. Os três políticos já foram filiados ao MDB em outros períodos da carreira.

O segundo no ranking de entidades é o Instituto Caravana Au Móvel, que terá R$ 3,07 milhões destinados por quatro deputados, sendo R$ 2 milhões de Veter Martins (UB). Todas as emendas informam apenas que os recursos são para custeio da entidade, de Aparecida de Goiânia, que atua com unidades móveis para a castração de animais domésticos.

O Instituto Jardim Cultural receberá R$ 2,5 milhões para a realização da Mostra de Cinema "O Amor, a Morte e as Paixões", em março, em Goiânia. Todo o valor foi destinado pelo deputado Virmondes Cruvinel (UB).

O Hospital Memorial Batista do Centenário, da capital, terá R$ 2,35 milhões de três deputados, para custeio na área da saúde. Já o Instituto Brasil Criativo contará com R$ 1,9 milhão, de dois parlamentares, para realização de eventos culturais não informados no Sislog.

Poder Público

Diante da exigência constitucional de repassar 70% das emendas para as áreas de saúde e de educação, o maior volume de destinação definida até agora pelos parlamentares vai para fundos municipais de saúde - R$ 147,1 milhões.

Os repasses para prefeituras somam R$ 100 milhões. Órgãos estaduais e a Universidade Estadual de Goiás (UEG) terão um total de R$ 25,1 milhões.

Os dados disponíveis até o momento também apontam baixo valor para as transferências especiais, conhecidas como emendas pix, que antes eram repassadas para o caixa das prefeituras sem destinação específica e agora há exigência de plano de trabalho e prestação de contas, pela determinação do Supremo. Os deputados estaduais indicaram apenas R$ 7,27 milhões para a modalidade este ano. Pode haver aumento pelas mudanças autorizadas em novas janelas previstas.

No Orçamento de 2024, o valor repassado por transferências especiais chegou a R$ 74,5 milhões e, no ano passado, caiu a R$ 28,8 milhões.